



Em defesa da CASSI

PLENÁRIA SOBRE A CASSI

Dia 27 de junho às 19h

**Sede Social: Rua Xavier de Toledo, 268
Centro de Santo André**

Proposta do BB é apresentada na Regional ABC

Funcionários da ativa e aposentados demonstraram descontentamento; diretor do Sindicato alerta para necessidade de diálogo

O BB realizou no último dia 6 uma apresentação na Regional ABC para apresentar sua proposta para a Cassi. O encontro contou com a presença de funcionários da ativa, membros das ECOAS ABC e aposentados, além do diretor do Sindicato Natalino Fabbrini Filho e do representante do conselho de usuários da Cassi no ABC, Roberto Gomes.

Na avaliação de Natalino, a proposta apresentada não é satisfatória porque onera os funcionários, principalmente aqueles com menores vencimentos, entre outros problemas. “Embora tenha a pretensão de resolver o problema da Cassi, com base na consultoria Accenture, a proposta quebra o princípio da solidariedade e o compromisso histórico com os aposentados, outro fator importante”, destaca. Ele lembra, ainda que criar novas diretorias “com pessoal de mercado e impor voto de minerva para o BB nas decisões” também não é nada bom para os funcionários da ativa ou aposentados.

Diálogo - A Cassi foi fundada em 1944 pelos funcionários do BB e depois encampada pelo banco a custo



mais baixo do que os planos de saúde de mercado. Agora, quer economizar cerca de 30%. “O que faltou na consultoria foi falar da origem dos problemas na Cassi, iniciados a partir da política de abonos e de não reposição da inflação, o que teve reflexo direto no caixa da Cassi”, aponta. Durante o encontro, segundo o diretor, ficou

claro o descontentamento dos funcionários e aposentados, que se mostraram contra as mudanças, e é preciso que todos tenham consciência do que a proposta representa, para que não seja aprovada em votação pelos participantes do plano.

“A solução não tem mágica, a proposta tem que passar por um diálogo profundo com os bancários da ativa e aposentados, mantendo-se os princípios de solidariedade, de paridade na administração da Cassi, com valorização aos diretores eleitos”, afirma o diretor sindical. Ele acrescenta, ainda, que é fundamental manter a relação de contribuição de 40% dos funcionários e 60% do BB, e que só a partir da manutenção desses princípios será possível negociar uma proposta viável.

PROPOSTA INDECENTE

Banco do Brasil propõe cobrança por dependente, quebra do princípio da solidariedade, voto de minerva e diretorias controladas por agentes de mercado

O BB apresentou às entidades de representação dos funcionários do Banco do Brasil, da ativa e aposentados, nova proposta para a Cassi. As mudanças sugeridas para o custeio da caixa de assistência oneram todos os associados, transformando a contribuição extraordinária em permanente e estabelecendo cobrança por dependente.

Além disso, o banco propõe mudanças na governança da Cassi, acabando com a paridade na gestão, com duas diretorias nas mãos de representantes do mercado e o voto de minerva para o



banco.

Essa proposta do banco já foi apresentada em 2015 e os bancários foram contra. Na época foi cobrada dos recém-eleitos para diretoria da Cassi uma postura combativa em prol dos associados.

“Agora é fundamental a nossa mobilização para cobrar da diretoria eleita a responsabilidade de proteger os interesses dos associados tanto da ativa como aposentados”, disse Otoni Lima, diretor do Sindicato e funcionário do banco.

Modelo de contribuição onera trabalhadores

Sindicato é contra e defende o princípio de solidariedade, por meio do qual todos os funcionários paguem a mesma proporção de seus salários, não fazendo da saúde um privilégio para quem pode pagar

De acordo com a proposta apresentada pelo Banco do Brasil, a contribuição do banco para a Cassi se mantém em 4,5% e a dos associados passa para 4%. Isso torna permanente a contribuição extraordinária de 1% – que valeria apenas até dezembro de 2019.

Além disso, a proposta não menciona o aporte do banco, de cerca de R\$ 300 milhões por ano para a Cassi, também previsto no memorando de entendimento.

Cobrança por dependente – O BB propõe, ainda, a instituição da cobrança por dependente na Cassi, o que não ocorre no atual modelo de custeio. E estabelece o valor base de R\$ 360,57 (valor limitado ao da 1ª faixa do Cassi Família II).

Os aposentados teriam de contribuir com 100% do valor base (R\$ 360,57) para o primeiro dependente e

mais 20% do valor para o segundo em diante (R\$ 72,11).

Já para os ativos, seria 40% do valor base por dependente até o terceiro (R\$144,23 por dependente) mais 20% do valor base (R\$72,11) a partir do terceiro dependente. E 60% desse valor seria pago pelo Banco do Brasil.



Proposta do Sindicato:

- * Banco do Brasil cumpra seus compromissos;

- * Não onere o associado sem contra-

partida do banco;

- * Preserve a paridade, com eleição de metade dos dirigentes;

- * Não ao voto de minerva;

- * Lutar contra as resoluções da CGPAR;

- * Fortalecer a Estratégia Saúde da Família e Clinicassi, que reduz gastos em 30%.

Mudança na governança = Mercado favorecido

O Sindicato é contra o voto de minerva porque ele fere o princípio da equidade entre associados e banco: uma vez implantado, delega ao patrocinador, ou seja, ao BB, o voto de desempate em qualquer situação.

Já a proposta da criação de novas diretorias, retira dos eleitos – e, portanto, dos associados – a prerrogativa política de decidir sobre o modelo assistencial.

Um exemplo é o Estratégia Saúde da Família, amplamente elogiado pela consultoria contratada pelo BB e referendado pela Agência Nacional de Saúde como modelo a ser seguido por outras entidades. Mas, nesse novo modelo proposto pelo banco, pode perder sua finalidade assistencial e de cuidado com a saúde, e ser utilizado como mecanismo restritivo de acesso à rede e ao cuidado assistencial.

Os programas de medicamentos que existem em planos de mercado não são para benefício do assistido, mas funcionam como fiscalizadores de doenças não comunicadas ao plano, utilizados como justificativa para aumento do valor das mensalidades, pelo risco de crescimento de sinistralidade.

Os associados não podem aceitar que a saúde seja mercantilizada. Em todos os casos em que entidades associativas foram administradas por gestores não assistidos pelo plano, os associados perderam direitos, ou os planos faliram.



Pauta específica é entregue ao Banco do Brasil

Reivindicações foram amplamente debatidas na base da categoria; resoluções e propostas aprovadas no 29º CNFBB também foram entregues

O Comando Nacional dos Bancários entregou no dia 13 passado a pauta específica dos funcionários do BB para a Campanha Nacional dos Bancários de 2018.

Além da Minuta do Acordo Específico Aditivo (ACT) atualizada, foi entregue ao Banco documento contendo as Resoluções e Propostas aprovadas no 29º Congresso Nacional dos Funcionários do BB, que aconteceu nos dias 7 e 8 de junho.

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), juntamente com a Coordenação do Comando Nacional e representantes das Federações e Sindicatos fez a entrega ao Diretor da Gestão de Pessoas do banco, Caetano Minchillo, na Sede da Fenaban.

A defesa dos bancos públicos, que estão sendo desmontados e preparados para a privatização pelo governo Temer, é outra prioridade da Campanha 2018.

Veja ao lado as principais reivindicações da campanha desse ano.

- ⇒ **Aumento real para os salários e demais verbas**
- ⇒ **Defesa da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com todos os direitos para todos os trabalhadores da categoria**
- ⇒ **Manutenção da mesa única de negociações entre bancos públicos e privados**
- ⇒ **Proibição das demissões em massa**
- ⇒ **Que nenhum bancário receba PLR menor em 2018.**



**CAMPANHA NACIONAL
DOS BANCARIOS 2018**

**TODOS POR
TUDO**

TODOS PELOS BANCOS PÚBLICOS

TODOS PELA MESA ÚNICA